



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA IGUAÇU
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2024

MANHÃ

ANALISTA TRIBUTÁRIO DO TESOURO MUNICIPAL
NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de texto definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Observe os versos a seguir, de Luís de Camões:

*Amor é fogo que arde sem se ver,
é ferida que dói, e não se sente;
é um contentamento descontente,
é dor que desatina sem doer.*

Assinale a alternativa que melhor substitui o conectivo sublinhado.

- (A) Também.
- (B) Porém.
- (C) Porque.
- (D) Logo.
- (E) Além disso.

2

Assinale a alternativa em que a concordância está adequada à norma padrão da língua portuguesa.

- (A) O envio de comida e de roupa os salvarão.
- (B) Observou-se um pequeno desvio de rota, embora não se previsse os erros.
- (C) Estava incluso no valor todos os impostos exigidos por lei.
- (D) A reflexão feita por intelectuais brasileiros e estrangeiros sobre os avanços científicos podem conduzir a certos erros.
- (E) Couberam ao diretor as análises feitas pelo funcionário da contabilidade.

3

Dandara

“Uma guerreira negra que aprendeu a fabricar espadas e a lutar com elas; uma capoeirista forte e corajosa que planejava ações de combate e liderava seus companheiros na luta pela liberdade – assim sobrevive em relatos e lendas populares a história de Dandara, rainha do Quilombo dos Palmares e companheira de Zumbi”.

(SOUZA, DP de; CARARO, A. Extraordinárias mulheres que revolucionaram o Brasil. Companhia das letras-Seguinte. 2017).

Na organização temática do trecho citado, predominam, do ponto de vista linguístico e estrutural, as tipologias textuais

- (A) descritiva e expositiva, pois o enunciador detalha as ações da guerreira, argumentando sobre sua importância na luta pela liberdade.
- (B) dissertativa e argumentativa, pois o enunciador apresenta seu ponto de vista sobre as ações da guerreira por meio de uma tese clara.
- (C) expositiva e injuntiva, pois o enunciador elenca as ações da guerreira, com o objetivo de convencer o interlocutor acerca da sua relevância na história.
- (D) narrativa e descritiva, pois o enunciador conta a história da guerreira na luta pela liberdade, ao mesmo tempo em que detalha suas ações e características.
- (E) narrativa e injuntiva, pois o enunciador narra as ações da guerreira, detalhando seus passos, a fim de influenciar o interlocutor sobre sua importância.

4

Em *Soneto da Separação*, Vinicius de Moraes escreveu: “Que não seja imortal, posto que é chama / Mas que seja infinito enquanto dure”.

Sobre a interpretação destes versos, pode-se dizer que

- (A) a ideia de fidelidade ao relacionamento amoroso está expressa na referência à imortalidade.
- (B) a metáfora utilizada para referência ao sentimento (*chama*) indica permanência e resiliência do sentimento.
- (C) há uma relação de concessividade entre as duas primeiras orações, reforçada pelo conectivo *posto que*.
- (D) o aparente paradoxo entre infinitude e duração se desfaz quando se observa, em vez do tempo, a intensidade do sentimento.
- (E) a conjunção *enquanto* reforça uma ideia de proporcionalidade, observando a justa medida do sentimento entre tempo e força.

5

Assinale a opção em que o elemento destacado **não** funciona como complemento.

- (A) Agora peço-te em nome da amizade que te consagro, continua a tua obra de generosidade.
- (B) No entanto, ele estava tranquilo, e um só gemido não se lhe ouvia.
- (C) O mancebo, antevendo a sua resolução, caiu-lhe aos pés.
- (D) Só então notei que aquela moça estava só, e que a ausência de um pai, de um marido, ou de um irmão, devia me ter feito suspeitar a verdade.
- (E) Pela vez primeira, sentia a necessidade de uma alma que compreendesse a sua.

6

Na frase “A água ferve a 100° Celsius”, só **não** se pode afirmar que

- (A) o verbo na terceira pessoa do singular ajuda a construir a objetividade na sentença.
- (B) o presente do indicativo contribui para o caráter de verdade científica.
- (C) o valor do ponto de ebulição auxilia na criação sentido de realidade.
- (D) o verbo na voz ativa favorece a comprovação de um conhecimento empírico.
- (E) o uso da escala valida a grandeza física tomada como referência.

7

Análise a estrutura das frases a seguir:

- I. A consulta médica foi marcada pela internet.
- II. Marcou-se a consulta médica pela internet.
- III. Marcaram a consulta médica pela internet.

Assinale a afirmação correta sobre a organização sintática das frases.

- (A) Todas as frases apresentam sujeito indeterminado.
- (B) A expressão preposicionada *pela internet* assinala o agente da ação na sentença II.
- (C) O sintagma *a consulta médica* exerce papel de objeto direto nas sentenças II e III.
- (D) A sentença III apresenta um sujeito indeterminado.
- (E) A partícula apassivadora *se* foi empregada para indeterminar o sujeito na sentença II.

8

“Em meio à pandemia, com empresas fechando postos de trabalho, escolas operando a distância e idosos precisando de cuidados extras, a participação das mulheres no mercado de trabalho alcançou o patamar mais baixo dos últimos 30 anos. Os hábitos e a cultura da sociedade têm impedido muitas mulheres não só de trabalhar, mas até de procurar emprego”.

(<https://www.estadao.com.br/infograficos/economia/com-pandemia-participacaodas-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos>).

Assinale a alternativa correta sobre o trecho em destaque.

- (A) O conectivo *mas* expressa ideia de adversidade, indicando uma contradição em relação à oração anterior.
- (B) O par *não só / mas até*, em conjunto, atribui valor de adição ao período.
- (C) O uso da vírgula antes do conectivo *mas* não está de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.
- (D) O uso de *até*, depois de *mas*, compromete o valor argumentativo do período.
- (E) O uso do advérbio *não* altera o valor semântico dos demais conectivos.

Raciocínio Lógico Matemático

9

Na virada do ano, uma empresa demitiu 12 de seus empregados, reduzindo a 92,5% seu quadro de funcionários.

Antes dessas demissões, a quantidade de empregados dessa empresa correspondia a um número

- (A) menor que 162.
- (B) entre 162 e 166.
- (C) entre 166 e 172.
- (D) entre 172 e 178.
- (E) maior que 178.

10

No dia em que Diomedes fez 24 anos, seu único filho nasceu. Há 7 anos, sua idade era 5 vezes a idade de seu filho.

Hoje, a idade do filho é um número

- (A) múltiplo de 2.
- (B) múltiplo de 5.
- (C) primo.
- (D) divisor de 35.
- (E) divisor de 36.

11

Em uma caixa, há exatamente 7 bolas. Alcibiades retira aleatoriamente 3 bolas dessa caixa e verifica que 2 são brancas e 1 é azul. Alcibiades repõe as bolas na caixa e, em seguida, faz nova retirada de 4 bolas ao acaso, verificando que 3 são azuis e 1 é preta.

Pode-se afirmar que, entre as 7 bolas há

- (A) apenas uma bola preta.
- (B) exatamente duas bolas brancas.
- (C) mais bolas brancas do que pretas.
- (D) mais bolas azuis do que brancas.
- (E) mais bolas azuis do que pretas.

12

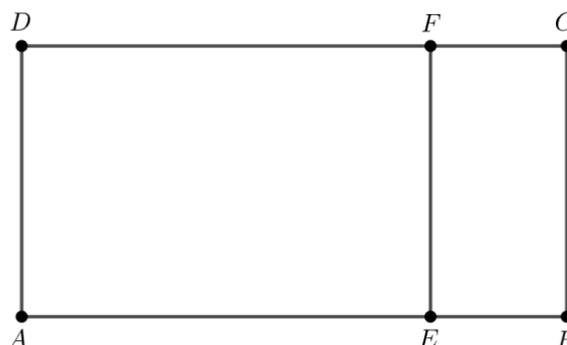
Uma dívida foi contraída com a promessa de ser paga em data futura com 30% de juros. No entanto, o devedor efetuou a quitação alguns dias antes da data acordada. Em função dessa antecipação, o credor deu 10% de desconto sobre o valor a ser pago na tal data futura, de modo que a dívida foi quitada mediante o pagamento de R\$ 37.908,00.

O valor original da dívida é um valor

- (A) menor que R\$ 32.000,00.
- (B) entre R\$ 32.000,00 e R\$ 32.500,00.
- (C) entre R\$ 32.500,00 e R\$ 33.000,00.
- (D) entre R\$ 33.000,00 e R\$ 33.500,00.
- (E) maior que R\$ 33.500,00.

13

A figura ilustra um retângulo ABCD com um segmento EF paralelo aos lados AD e BC.



A medida de BC é o dobro da medida de BE. As medidas dos lados dos retângulos ABCD são proporcionais às medidas dos lados do retângulo BCFE.

Se a área de BCFE mede 6 dm², então a área do retângulo ADFE vale

- (A) 24 dm².
- (B) 22 dm².
- (C) 20 dm².
- (D) 18 dm².
- (E) 12 dm².

14

Um dado comum tem formato cúbico e suas faces são numeradas de 1 a 6. Por defeito de fabricação, a probabilidade de ocorrência de cada face é proporcional ao número estampado na própria face.

Lançando-se esse dado duas vezes, a probabilidade de que os resultados sejam idênticos é

- (A) $\frac{1^2+2^2+3^2+4^2+5^2+6^2}{21}$
- (B) $\frac{1^2+2^2+3^2+4^2+5^2+6^2}{21^2}$
- (C) $\frac{1^2 \times 2^2 \times 3^2 \times 4^2 \times 5^2 \times 6^2}{21^2}$
- (D) $\frac{1^2 \times 2^2 \times 3^2 \times 4^2 \times 5^2 \times 6^2}{21}$
- (E) $\frac{1+2+3+4+5+6}{21}$

15

A proposição lógica “se **q** ou **t**, então **p** e **r** e **s**” tem valor lógico verdadeiro.

Dado que o valor lógico de **s** é falso, conclui-se corretamente que

- (A) **p** tem valor lógico falso e **r** tem valor lógico verdadeiro.
- (B) **p** tem valor lógico verdadeiro e **r** tem valor lógico falso.
- (C) **q** tem valor lógico falso e **t** tem valor lógico falso.
- (D) **q** tem valor lógico falso e **t** tem valor lógico verdadeiro.
- (E) **q** tem valor lógico verdadeiro e **t** tem valor lógico falso.

16

Em um sistema de coordenadas cartesianas, P, Q e R são pontos tais que P (7; 9), Q (10; 5) e R está sobre o eixo das abscissas (eixo X).

Se a distância de P a Q é igual à distância de Q a R, então a distância de P a R é um valor entre

- (A) 9 e 10.
- (B) 10 e 11.
- (C) 11 e 12.
- (D) 12 e 13.
- (E) 13 e 14.

Noções de Direito Administrativo

17

João, leitor muito ativo, verificou que a emenda constitucional nº 19/1998 incluiu um novo princípio no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, com o objetivo de substituir a Administração Pública burocrática, existente até então, por um modelo de Administração Pública gerencial ou de resultados.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) moralidade.
- (C) publicidade.
- (D) legalidade.
- (E) eficiência.

18

Após tomar posse no cargo de Presidente da República, Lucas procurou, junto à sua equipe de assessores, informações sobre a estrutura organizacional da Administração Pública, sendo informado que, dentre as diversas entidades e os variados órgãos públicos, ganham destaque, em razão da sua importância para a União Federal, uma autarquia, uma sociedade de economia mista, uma empresa pública, um ministério e uma fundação estatal de direito público.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que há relação de hierarquia e subordinação entre a Presidência da República e

- (A) a fundação estatal de direito público.
- (B) a sociedade de economia mista.
- (C) a empresa pública.
- (D) o ministério.
- (E) a autarquia.

19

Após tomar posse no cargo de Governador do Estado *Alfa*, Luiz trabalhou duramente para implementar as suas promessas de campanha, relacionadas à proteção do meio ambiente. Em assim sendo, o agente político, ampliou, em observância às formalidades legais, o orçamento e os poderes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Além disso, a Assembleia Legislativa aprovou um projeto de lei, encaminhado por Luiz, que criou uma autarquia, com o objetivo de atuar na seara ambiental.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante quanto às técnicas de organização administrativa, é correto afirmar que a

- (A) Secretaria Estadual do Meio Ambiente, pessoa jurídica de direito público, é uma manifestação da técnica da descentralização administrativa. Por sua vez, a autarquia, órgão público, é fruto da técnica da desconcentração administrativa.
- (B) Secretaria Estadual do Meio Ambiente, órgão público, é uma manifestação da técnica da desconcentração administrativa. Por sua vez, a autarquia, pessoa jurídica de direito público, é fruto da técnica da descentralização administrativa.
- (C) Secretaria Estadual do Meio Ambiente, órgão público, é uma manifestação da técnica da descentralização administrativa. Por sua vez, a autarquia, pessoa jurídica de direito público, é fruto da técnica da desconcentração administrativa.
- (D) Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a autarquia, pessoas jurídicas de direito público, são manifestações da técnica da descentralização administrativa.
- (E) Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a autarquia, órgãos públicos, são manifestações da técnica da desconcentração administrativa.

20

Matheus, após preencher os requisitos legais, foi admitido no quinto ano do ensino fundamental da escola pública XYZ, no âmbito do Estado *Alfa*.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a admissão de Matheus na escola pública XYZ se deu por meio de um ato administrativo

- (A) de verificação.
- (B) enunciativo.
- (C) ordinatório.
- (D) normativo.
- (E) negocial.

21

A sociedade empresária XYZ tem larga experiência em participar de processos licitatórios realizados por diversos entes federativos, no âmbito dos quais os respectivos editais consagram uma determinada modalidade de licitação para a alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que a sociedade empresária XYZ participou de licitações que adotaram como modalidade licitatória

- (A) o diálogo competitivo.
- (B) a concorrência.
- (C) o concurso.
- (D) o pregão.
- (E) o leilão.

22

Após o recebimento de uma denúncia anônima, a autoridade administrativa competente, constatada, preliminarmente, a verossimilhança do que fora alegado, instaurou um processo administrativo disciplinar em face de Caio, ao argumento de que este teria praticado falta disciplinar de natureza grave. Em assim sendo, tão logo tomara ciência dos fatos, o agente público contratou um advogado, o qual lhe explicou, detalhadamente, os regramentos aplicáveis ao referido procedimento, trazendo à discussão potenciais teses defensivas.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que

- (A) é proibida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, inclusive se houver prévia investigação ou sindicância, em razão da vedação ao anonimato na ordem jurídica brasileira.
- (B) a portaria de instauração do procedimento administrativo disciplinar depende da exposição detalhada dos fatos a serem apurados, de forma a permitir o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- (C) o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo cumulativo à acusação e à defesa.
- (D) é vedado o emprego de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, de forma a se evitar ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- (E) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

23

A Lei nº 14.133/2021, ao tratar da formalização dos contratos administrativos, prevê que estes serão regulados pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, estando sujeitos, supletivamente, aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que

- (A) antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
- (B) os contratos e seus aditamentos terão forma escrita ou oral, a critério da autoridade competente, e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, com a divulgação por meio do diário oficial do ente federativo.
- (C) contratos relativos a direitos reais sobre bens móveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado no diário oficial do ente federativo.
- (D) será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, desde que prolatada decisão judicial nesse sentido.
- (E) será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, atendidas as exigências previstas em regulamento e vedada a sua utilização para a pactuação de termos aditivos.

24

Após a prática de ato ilegal por parte de autoridade pública, Jonas, com base em direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, tendo prova pré-constituída do seu direito, ingressou com uma demanda no Poder Judiciário, observando o prazo decadencial de cento e vinte dias.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Jonas ingressou, em juízo, com um/uma

- (A) ação de improbidade administrativa.
- (B) mandado de segurança.
- (C) mandado de injunção.
- (D) ação civil pública.
- (E) ação popular.

Noções de Direito Constitucional

25

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos entre si.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) As Constituições estaduais não são obrigadas a seguir à Constituição da República no que tange à iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.
- (B) A edição de medidas provisórias pelo Governador do Estado só poderá ocorrer na hipótese de federalização de graves violações a direitos humanos.
- (C) São bens do Estado as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios.
- (D) É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, ou compensação financeira por essa exploração.
- (E) Compete aos Estados a exploração direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, dos serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços.

26

A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- (A) o controle externo da Câmara Municipal será exercido sempre com o auxílio do Tribunal de Contas do respectivo Município.
- (B) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar vincula os membros da Câmara Municipal.
- (C) as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.
- (D) as contas dos Municípios ficarão, durante 5 (cinco) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação.
- (E) é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

27

O processo legislativo é um complexo de atos jurídicos necessários à realização da função legislativa de produção de normas legais.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- (A) a iniciativa legislativa em regra é reservada ao chefe do Poder Executivo e somente nas matérias elencadas na Constituição pode ser atribuída aos membros do Poder Legislativo.
- (B) o Decreto legislativo tem o objetivo de regular matérias de exclusiva atribuição do Poder Legislativo e independe da sanção do chefe do Poder Executivo.
- (C) a Lei delegada é a espécie legislativa que autoriza o exercício da atividade normativa primária pelo Poder Executivo e deve tratar de matéria reservada à Lei Complementar.
- (D) a Medida Provisória por ser editada pelo chefe do Poder Executivo poderá tratar de matéria referente à direito eleitoral e orçamento público.
- (E) a iniciativa para emenda à constituição será exclusivamente do chefe do Poder Legislativo, uma vez que consiste no processo formal de mudança da Constituição.

28

O Direito à nacionalidade é um direito fundamental exercido pelas pessoas que mantêm vínculo jurídico-político com determinado Estado, sendo consideradas integrantes da população deste.

Diante do exposto, é correto afirmar que, à luz da ordem constitucional brasileira são brasileiros

- (A) natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (C) naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.
- (D) natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (E) naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

29

A jurisdição constitucional é a atividade exercida pelo Poder Judiciário na defesa da Constituição, por meio do controle de constitucionalidade e da proteção dos direitos fundamentais, em razão da supremacia da Constituição.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- (A) a inconstitucionalidade formal da norma ocorre quando esta é formalmente declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário.
- (B) a inconstitucionalidade material da norma ocorre quando esta ainda não foi formalmente declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário.
- (C) a inconstitucionalidade superveniente da norma ocorre em momento posterior à produção da referida norma em decorrência de mutação ou reforma constitucional.
- (D) o controle difuso de constitucionalidade impede a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo suscitada como objeto incidental da ação por qualquer órgão judicial não colegiado.
- (E) não cabe controle de constitucionalidade contra leis ou atos normativos anteriores à Constituição, seja pela via do controle concentrado ou do controle difuso.

30

As normas jurídicas são dotadas de pretensão de validade e por esse motivo a Constituição adotou a cláusula de reserva de plenário.

Diante do exposto, é possível dizer que a referida cláusula é decorrente do princípio da

- (A) eficácia integradora.
- (B) máxima efetividade.
- (C) presunção de constitucionalidade.
- (D) Unidade da Constituição.
- (E) correção funcional.

31

Os direitos coletivos são direitos fundamentais titularizados e exercidos por pessoas coletivamente consideradas entre si, com determinabilidade de seus membros ou não.

Diante do exposto, é correto afirmar que são direitos fundamentais coletivos o direito

- (A) à vida e à nacionalidade.
- (B) à honra e à imagem.
- (C) à propriedade e à intimidade.
- (D) à liberdade e à igualdade.
- (E) ao meio ambiente e ao consumidor.

32

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe

- (A) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- (B) julgar, em recurso ordinário, os habeas corpus decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão for denegatória.
- (C) processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- (D) processar e julgar, originariamente, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- (E) processar e julgar as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

Tecnologia da Informação

Atenção!

O texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

Seja um banco de dados relacional especificado em SQL de uma empresa de correspondência entre clientes, instituições financeiras e empréstimos contratados por esses clientes nessas instituições, previamente implementado em um banco de dados como a seguir:

```
create table tb_cliente
( id_cliente integer primary key,
  num_cpf char(11) unique,
  nome varchar(50) not null,
  email varchar(20),
  telefone varchar(20),
  endereco varchar(100),
  cidade varchar(20),
  estado char(2) );

create table tb_financeira
( id_financeira integer primary key,
  razao_social varchar(30) not null,
  cidade varchar(30) not null,
  estado char(2) not null );

create table tb_emprestimo
( id_financeira integer references tb_financeira,
  id_cliente integer references tb_cliente,
  valor real not null check(valor>0),
  dia integer not null
    check(dia>=1 and dia<=31),
  mes integer not null
    check(mes>=1 and mes<=12),
  ano integer not null
    check(ano>=1980 and ano<=2100),
  primary key(id_financeira,id_cliente,dia,mes,ano) );
```

OBS: Neste banco de dados, cadeias de caracteres (strings) são representadas envoltas em aspas simples.

33

Considere a seguinte sequência de comandos SQL:

```
insert into tb_cliente(id_cliente, num_cpf, nome)
values
(1, '111', 'cli1'), (2, '222', 'cli2'), (3, '333', 'cli3'),
(4, '444', 'cli4'), (5, '555', 'cli5');
```

```
update tb_cliente set estado='RJ'
where id_cliente%2!=0;
```

```
create view v_clientes_rj as
select id_cliente, num_cpf, nome, estado
from tb_cliente where estado = 'RJ';
```

Após a execução dos três comandos SQL apresentados, o seguinte comando foi executado:

```
insert into v_clientes_rj
values (6,'cli6','6666','MG');
```

Por fim, a seguinte consulta foi executada:

```
select count(*) from v_clientes_rj;
```

O retorno da última consulta executada será

- (A) o valor 3, dado que a visão permanece selecionando tuplas de clientes do estado 'RJ'.
- (B) o valor 4, já que a execução do último comando de inserção alterou o estado da visão.
- (C) o valor 6, por esse ser o novo número de tuplas da tabela de base da visão.
- (D) um erro, pois visões não aceitam inserções diretamente.
- (E) uma tabela vazia, pois a última inserção desconfigura a condição-alvo da visão.

34

Para que a consulta a seguir reflita o resultado dos clientes cadastrados que **não** contrataram empréstimos, qual a opção que corretamente substitui o trecho na cláusula from do comando SQL, padrão ANSI, destacado como **/* TERMO */** ?

```
select c.nome
from tb_emprestimo e /* TERMO */ join tb_cliente c
on c.id_cliente = e.id_cliente
where e.id_financeira is null
```

- (A) inner
- (B) left
- (C) natural
- (D) outer
- (E) right

35

Um determinado órgão público tem requisitos extremamente críticos no que se refere a segurança dos seus sistemas.

Indique a opção que descreve, dentro de uma metodologia de desenvolvimento de software, a forma correta de mitigar os riscos relativos à segurança no desenvolvimento do sistema.

- (A) Aplicar correção das vulnerabilidades durante a fase de implementação enquanto o código é escrito.
- (B) Detectar todas as vulnerabilidades na fase de teste antes do lançamento.
- (C) Criar um documento de análise de riscos relativos à segurança na fase de requisitos.
- (D) Responder as vulnerabilidades conforme são descobertas em uso na fase de manutenção.
- (E) Desenvolver um protótipo robusto que minimize riscos de segurança na fase de design do sistema.

36

A mineração de dados é uma área importante em análise de dados, que utiliza técnicas para extrair informações valiosas de grandes conjuntos de dados. Ele oferece uma variedade de técnicas e algoritmos para identificar padrões, tendências e relações ocultas nos dados, fornecendo insights significativos que podem orientar a tomada de decisões e impulsionar o progresso em diversos setores.

Assinale o conceito correto em relação a mineração de dados.

- (A) A mineração de dados representa uma etapa necessária para a produção do modelo floco de neve de data warehouses.
- (B) A tarefa de classificação em mineração de dados é uma atividade de aprendizado não supervisionado.
- (C) Em uma regra de associação $R \rightarrow S$, definimos a confiança como sendo o percentual de transações que contêm todos os itens no conjunto $R \cup S$.
- (D) O objetivo da tarefa de agrupamento é dividir elementos similares de dados em um mesmo grupo e elementos distintos em grupos diferentes.
- (E) Séries temporais são modeladas com base no surgimento adaptativo de espécies biológicas de mecanismos evolucionários.

37

Em sistemas de bancos de dados existem atores responsáveis por tarefas, tais como autorizar o acesso ao banco de dados e coordenar e monitorar seu uso, bem como estabelecer políticas e identificar falhas de segurança ou eventuais demoras na inatividade do sistema.

Nesse contexto, o profissional que exerce as funções anteriormente descritas é o

- (A) administrador de banco de dados.
- (B) desenvolvedor de ferramentas.
- (C) profissional de administração de sistemas.
- (D) projetista de dados.
- (E) usuário final.

38

Uma equipe de qualidade está avaliando as métricas de um projeto para assegurar a conformidade com os padrões estabelecidos.

Considerando a utilização da análise por pontos de função, assinale a afirmação que explica como essa metodologia garante a qualidade do software.

- (A) A análise por pontos de função avalia diretamente o desempenho do software em diferentes plataformas de hardware, garantindo a qualidade do software em todas as configurações.
- (B) A análise por pontos de função avalia a complexidade algorítmica do código fonte para determinar o esforço de desenvolvimento necessário para manter a qualidade.
- (C) Essa metodologia determina o tamanho funcional do software, permitindo uma correta alocação de recursos que não resultarão em riscos de falha devido à pressão nos desenvolvedores.
- (D) A análise por pontos de função foca exclusivamente na quantidade de código-fonte escrito, facilitando a identificação de bugs e vulnerabilidades.
- (E) A metodologia prioriza a avaliação das funcionalidades que mais consomem recursos de hardware, assegurando uma melhor performance do software.

39

Com base nos componentes do CMMI no desenvolvimento de sistemas e aplicações em um órgão público, a afirmação que trata e aponta o componente responsável por tratar do problema prático específico de integração tecnológica de novas tecnologias no processo de desenvolvimento é

- (A) a Gestão de Requisitos.
- (B) a Garantia da Qualidade de Processo e Produto.
- (C) a Avaliação de Riscos.
- (D) o Desenvolvimento de Requisitos.
- (E) o Planejamento de Projetos.

40

Um município desenvolve portais corporativos para integrar todos os seus órgãos.

Indique a ação para melhorar os seus processos de desenvolvimento e alcançar o nível 3 de maturidade do modelo CMMI Versão 1.3.

- (A) Concentrar-se exclusivamente no aprimoramento das habilidades técnicas dos programadores.
- (B) Implementar processos padrão para o desenvolvimento de software que sejam bem caracterizados e entendidos.
- (C) Reduzir custos operacionais para aumentar o lucro e investir em ferramentas de automação.
- (D) Focar na entrega rápida de produtos para aumentar a satisfação do cliente.
- (E) Aumentar o número de testes de usabilidade para garantir a qualidade do software.

Conhecimentos Específicos

Direito Tributário

41

A Constituição Federal de 1988 é calcada em três pilares fundamentais: a liberdade, a igualdade e a segurança jurídica, que condicionam a atuação dos Poderes que constituem a República Federativa do Brasil. Uma dessas condicionantes é a limitação constitucional ao poder de tributar, manifestada em sua maioria sob a forma de princípios. Um princípio que visa garantir segurança jurídica aos contribuintes, para que estes não sofram modificações em suas condições tributárias de maneira injusta diz respeito ao princípio que veda a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

Esse princípio é o

- (A) Princípio da Anterioridade Tributária.
- (B) Princípio da Legalidade.
- (C) Princípio da Praticabilidade.
- (D) Princípio da Irretroatividade Tributária.
- (E) Princípio da Isonomia Tributária

42

As imunidades tributárias constituem limitações constitucionais ao poder de tributar do Estado, e consistem em desonerar certas pessoas e situações do pagamento de tributos. Algumas imunidades são subjetivas, como é o caso da imunidade recíproca, visto que está ligada à pessoa dos entes federativos estarem vedados de instituir impostos sobre patrimônio e renda uns dos outros. Outras imunidades são objetivas, ou seja, recaem sobre os objetos enumerados na norma constitucional imunizante.

Em virtude disso, é correto afirmar que

- (A) a imunidade dos templos religiosos engloba apenas o prédio onde acontece o culto, e não alcança o patrimônio, a renda, e os serviços relacionados com as atividades finalísticas das entidades religiosas.
- (B) para o gozo da imunidade dos fonogramas e videogramas musicais, é necessária a existência de ao menos dois elementos de conexão brasileiros: (i) a obrigatoriedade de produção no território nacional; e (ii) a obra ser composta por autor brasileiro ou ser interpretada por artista brasileiro.
- (C) a imunidade dos livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão tem como fundamento a liberdade de expressão e informação, e visa divulgar a cultura. Porém esta imunidade não se aplica aos livros eletrônicos, pois estes não têm a materialidade física de serem impressos em papel.
- (D) a imunidade das instituições de educação e assistência social tem fundamento na liberdade necessária para a existência e sobrevivência de instituições – sem fins lucrativos – que substituem o Estado, atendendo aos menos afortunados na realização de atividades fundamentais, tais como a educação e a cultura, o socorro à maternidade, à infância, à velhice, à pobreza, às pessoas portadoras de deficiência, entre outros, e por isso não é necessário atender requisitos previstos em lei.
- (E) a imunidade das entidades sindicais visa permitir a liberdade do processo sindical no Brasil, proclamando a liberdade de associação, ao mesmo tempo em que busca a efetiva democracia sindical. Por isso, a imunidade das entidades sindicais abrange os sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores.

43

A competência tributária envolve o poder de instituir tributos e legislar sobre todos os aspectos destes, além de fiscalizar e cobrar os respectivos créditos tributários.

As modalidades de competência tributária em sentido estrito podem ser classificadas como

- (A) competência privativa; competência objetiva ou específica e competência residual.
- (B) competência exclusiva ou privada; competência objetiva ou subjetiva e competência residual.
- (C) competência exclusiva ou privativa; competência comum e competência residual.
- (D) competência comum ou objetiva; competência específica ou subjetiva e competência privativa.
- (E) competência exclusiva ou subjetiva; competência estatal e competência privada.

44

Tributo é uma modalidade fundamental de receita financeira pública, e sua qualificação quanto às espécies depende de critérios adotados sobre a natureza e características dos tributos.

Desse modo, é correto afirmar que

- (A) taxa se refere à tarifa paga pelo contribuinte, que tem como fato gerador uma contraprestação da iniciativa privada, realizada mediante prestação específica.
- (B) empréstimo compulsório é um tributo extraordinário, transitório e não restituível, para atender a despesas de calamidade pública ou de guerra externa.
- (C) contribuições correspondem ao emprego das finanças públicas com objetivos arrecadatórios, cuja finalidade não é intervir nas áreas econômicas, sociais e profissionais.
- (D) contribuições de melhoria referem-se a tributos que tem como finalidade melhorar obras públicas.
- (E) imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica prestada ao contribuinte.

45

A obrigação tributária é uma relação jurídica constituída a partir da ocorrência do fato gerador, que se estabelece entre duas pessoas, em virtude do qual o credor pode exigir do devedor o adimplemento de determinada prestação tributária. Portanto, a obrigação tributária é composta pelos seguintes elementos: (i) causa; (ii) prestação e (iii) partes.

Em virtude disso, analise as afirmativas a seguir:

- I. Causa: diz respeito à fonte da obrigação tributária, ou seja, a subsunção do fato à hipótese de incidência, no qual ocorre o fato gerador;
- II. Prestação: é dividida entre obrigação principal e obrigação acessória. A obrigação principal tem por objeto dar dinheiro ou prestar algum serviço ao Estado; já a obrigação acessória tem por objeto o cumprimento, por parte do sujeito passivo, de obrigações de fazer, não fazer ou tolerar, visando atender o interesse arrecadatório da fiscalização tributária;
- III. Partes: é dividida entre sujeito ativo e sujeito passivo. O sujeito ativo é o titular da pretensão ou crédito tributário, ou em outras palavras, o credor do tributo, podendo ser da administração direta e indireta (autarquia, fundações, empresa pública e sociedade de economia mista). Já o sujeito passivo é o devedor do tributo, a quem se pode chamar de contribuinte.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I apenas.
- (D) II apenas.
- (E) I, II e III.

46

O fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil, ou a posse de imóvel situado em área urbana de respectivo Município. Sabendo disso, João alugou para Maria imóvel situado no Município Alfa e dispôs no contrato de locação que o locatário teria a obrigação de pagar anualmente o IPTU perante a Fazenda Pública, tendo Maria concordado com tal cláusula. Ocorre que Maria acabou não pagando o IPTU durante três anos e o Município Alfa enviou carta de cobrança amigável para João. João revoltado informa à Maria que irá na Prefeitura informar sobre o contrato de locação deles, para que a Prefeitura altere a cobrança para o seu real devedor, e que se ela não pagar, o nome dela irá para a Dívida Ativa.

Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) o sujeito passivo da obrigação tributária é Maria, tendo em vista que João é o proprietário do imóvel, e há contrato dispondo que o locatário deve arcar com o pagamento do IPTU, conforme prevê o art. 123 do CTN.
- (B) João e Maria exercem solidariamente a sujeição passiva da obrigação tributária, tendo em vista que João é o proprietário do imóvel, e Maria exerce a posse do imóvel.
- (C) o sujeito passivo da obrigação tributária é João, tendo em vista que João é o proprietário do imóvel, mas se ele não pagar, quem irá para a Dívida Ativa é Maria, pois ela que se encontra na posse do imóvel.
- (D) o sujeito passivo da obrigação tributária é João, tendo em vista que João é o proprietário do imóvel, não importando que haja contrato dispondo ao contrário, conforme prevê o art. 123 do CTN.
- (E) o sujeito passivo da obrigação tributária é Maria, tendo em vista que Maria se encontra na posse do imóvel, e se ela não pagar, seu nome irá para a Dívida Ativa.

47

Responsável tributário é aquele que, por questões de conveniência e oportunidade, o Estado elege expressamente em lei para figurar no polo passivo da relação, juntamente com o contribuinte, ou substituindo-o.

Em virtude disso, analise as situações a seguir:

- I. Caio recebeu de herança de seu avô um imóvel em Nova Iguaçu. No entanto, Caio somente tem 1 ano de idade, o que faz com que seus pais sejam os responsáveis tributários pelo recolhimento do IPTU. Neste caso ocorre a denominada responsabilidade de terceiros;
- II. Mévio e Tício são irmãos e receberam de herança imóvel situado em Nova Iguaçu, sendo os dois coproprietários do imóvel. Como Mévio morava de aluguel, e Tício tinha casa própria, os irmãos convencionaram verbalmente que Mévio iria morar no imóvel. Neste caso, Mévio é responsável pelo pagamento do IPTU, pois exerce a posse do imóvel, e Tício é responsável por sucessão, ou seja, somente irá pagar, caso seu irmão não pague;
- III. O espólio é responsável pelos tributos do *de cujus* da abertura da sucessão até a data da partilha.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) I apenas.
- (D) III apenas.
- (E) I, II e III.

48

De acordo com a participação da Administração Tributária e do Contribuinte no procedimento de lançamento do crédito tributário, podemos distinguir as diversas modalidades de lançamento previstas nos artigos 147 a 150 do Código Tributário Nacional, que são

- (A) o lançamento por declaração, o lançamento de ofício e o lançamento retroativo.
- (B) o lançamento por declaração, o lançamento em Dívida Ativa e o lançamento retroativo.
- (C) o lançamento por sucessão, o lançamento em Dívida Ativa e o lançamento por homologação.
- (D) o lançamento por sucessão, o lançamento de terceiros e o lançamento por homologação.
- (E) o lançamento por declaração, o lançamento de ofício e o lançamento por homologação.

49

De acordo com o Código Tributário Nacional, são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário

- (A) a moratória, o depósito do seu montante integral, as reclamações e os recursos administrativos, o pagamento e o parcelamento.
- (B) a moratória, o depósito do seu montante integral, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, o pagamento, a remissão, a prescrição e a decadência.
- (C) a moratória, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, a anistia e a isenção.
- (D) a moratória, o depósito do seu montante integral, as reclamações e os recursos administrativos, a concessão de medida liminar em mandado de segurança e o parcelamento.
- (E) a moratória, o pagamento, a compensação, a transação, a remissão, a prescrição e a decadência, e a conversão de depósito em renda.

50

Sobre o Imposto sobre Serviços (ISS) é correto afirmar que

- (A) incide sobre serviços de qualquer natureza.
- (B) considera-se prestado o serviço e o respectivo imposto devido no local do estabelecimento prestador, ou na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto em algumas hipóteses previstas em lei.
- (C) o fato gerador do ISS é a circulação de mercadorias e a prestação de algum dos tipos de serviços expressamente elencados na lista anexa à LC nº 116/2003.
- (D) incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
- (E) é da competência dos Municípios, do Distrito Federal e da União.

51

Analise as afirmativas a seguir:

- I. A isenção se refere à modalidade de extinção do crédito tributário, que se caracteriza pelo perdão (total ou parcial) da dívida tributária, desde que autorizado por lei, por despacho fundamentado da autoridade administrativa, atendendo à situação econômica do sujeito passivo, ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato, à diminuta importância do crédito tributário, ou às condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante;
- II. A compensação de créditos tributários pode ser feita com créditos entre pessoas que se devam mutuamente, e desde que autorizadas por lei;
- III. A dação em pagamento se refere à modalidade de extinção do crédito tributário incluída pela LC nº 104/2001, e se caracteriza pela dação de bens móveis e imóveis na forma e nas condições estabelecidas em lei;
- IV. A transação se refere à modalidade de extinção do crédito tributário e se dá mediante concessões mútuas entre as partes, desde que haja lei facultando esse tipo de acordo e estabelecendo as condições e limites para sua celebração;
- V. A anistia se refere à modalidade de exclusão do crédito tributário, e se refere à dispensa do pagamento de tributos relativos às infrações cometidas (multas etc.). É o perdão da infração cometida e respectiva multa ainda não aplicada, desobrigando o sujeito passivo do pagamento de penalidades.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, IV e V apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) II apenas.
- (D) II, III e V apenas.
- (E) I, II, III e IV apenas.

52

A empresa Alfa declarou corretamente o ISS, mas não pagou no período de janeiro de 2019 até dezembro de 2022, e por conta disso, a Fazenda Pública inscreveu os débitos em Dívida Ativa em janeiro de 2023. Não tendo a empresa Alfa quitado o débito tributário, o Município de Nova Iguaçu ajuizou Execução Fiscal em face da empresa Alfa em outubro de 2023, e em dezembro de 2023, ela foi regularmente citada. Os gestores da empresa Alfa, ao tomarem conhecimento da Execução Fiscal, venderam todos os automóveis da empresa Alfa, para que eles não fossem penhorados na Execução Fiscal. Após a penhora *on-line* de todas as contas bancárias da empresa Alfa terem restado infrutíferas, o Município de Nova Iguaçu constatou que a empresa executada vendeu automóveis após ter sido citada na Execução Fiscal.

Em virtude disso, é correto afirmar que o Município de Nova Iguaçu

- (A) pode ajuizar outra Execução Fiscal em face da empresa Alfa exigindo o valor dos automóveis, tendo em vista que se presume fraudulenta a alienação de bens por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública.
- (B) não pode fazer nada, pois os débitos estão prescritos.
- (C) pode alegar na Execução Fiscal que a alienação se deu de forma fraudulenta, tendo em vista que foi realizada após a empresa tomar conhecimento desse débito tributário, regularmente inscrito em dívida ativa.
- (D) pode multar a empresa Alfa, tendo em vista que se presume fraudulenta a alienação de bens por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública.
- (E) não pode fazer nada, pois os débitos estão abarcados pelo instituto da Decadência.

Contabilidade

53

Os investidores, credores por empréstimos e outros credores existentes e potenciais são considerados os usuários principais, aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a administração da entidade não é considerada usuário principal, uma vez que

- (A) tem como foco os relatórios gerenciais.
- (B) apresenta, em geral, alta rotatividade.
- (C) reporta-se diretamente aos diretores da entidade.
- (D) pode obter internamente as informações financeiras de que precisa.
- (E) não representa uma provedora de recursos essenciais para a sobrevivência da entidade.

54

Uma sociedade empresária avalia os seus ativos classificados como Propriedade para Investimento pelo valor justo.

Em 31/12/2022, o valor justo desses ativos era de R\$500.000. Já em 31/12/2023, era de R\$520.000.

Assinale a opção que indica a contrapartida do aumento do ativo nas demonstrações contábeis da sociedade empresária em 31/12/2023.

- (A) Ajustes de exercícios anteriores.
- (B) Ajustes de avaliação patrimonial.
- (C) Reserva de capital.
- (D) Reserva de reavaliação.
- (E) Resultado.

55

Em 01/01/2024, uma sociedade empresária adquiriu um pacote de telefonia e internet para os seus funcionários, com duração de três anos. O preço do pacote era de R\$36.000 e os serviços foram disponibilizados imediatamente.

Com a adesão ao plano, a empresa de telefonia vendeu e entregou aparelhos celulares à sociedade empresária por R\$27.000, para pagamento em um ano. Os mesmos aparelhos eram vendidos em uma loja por R\$40.000. A vida útil estimada dos aparelhos celulares foi de 3 anos, e não foi considerado valor residual.

Assinale a opção que indica a despesa antecipada reconhecida no ativo circulante da sociedade empresária em 01/01/2024.

- (A) R\$12.000.
- (B) R\$21.000.
- (C) R\$27.000.
- (D) R\$39.000.
- (E) R\$63.000.

56

Uma empresa prestava exclusivamente serviços de auditoria contábil. No segundo semestre de 2023, começou a oferecer, também, serviços de perícia. Para divulgar o novo serviço, a empresa programou um seminário. O gasto total com o seminário foi de R\$100.000, pagos em quatro parcelas iguais e mensais, de março a junho.

A preparação para o seminário aconteceu nos meses de março e abril e as inscrições foram recebidas em maio. O seminário aconteceu nos dias 06 e 07 de junho de 2023. Em julho, a empresa foi contratada por 20 novos clientes, que conheceram a empresa através do seminário, para a prestação dos novos serviços.

Assinale a opção que indica a despesa reconhecida pela empresa em relação aos gastos com o seminário, de acordo com o Regime de Competência.

- (A) R\$100.000 em maio.
- (B) R\$100.000 em junho.
- (C) R\$100.000 em julho.
- (D) R\$50.000 em março e em abril.
- (E) R\$25.000 em março, abril, maio e junho.

57

Em 31/12/2022, um restaurante adquiriu refrigeradores para a sua cozinha por R\$120.000. O pagamento foi feito mediante 12 parcelas mensais de R\$10.000. Se os refrigeradores fossem adquiridos à vista, através de transferência bancária, o preço seria de R\$110.000.

O reconhecimento no balanço patrimonial gerado pela transação na data da compra é de

- (A) aumento de R\$120.000 no ativo total.
- (B) aumento de R\$120.000 no passivo total.
- (C) diminuição de R\$10.000 no patrimônio líquido.
- (D) aumento de R\$120.000 no ativo imobilizado.
- (E) aumento de R\$110.000 no passivo circulante.

58

Uma entidade deseja utilizar o conceito do valor justo aplicado aos estoques para a sua tomada de decisões. Ela é localizada no Rio de Janeiro e vende vestidos sob encomenda. Dos vendidos, 15% são para consumidores do Rio de Janeiro e 85% para consumidores que residem em Belo Horizonte.

A entidade considera a possibilidade de expandir os seus negócios para outras cidades. Deste modo, realiza uma pesquisa de mercado, comparando o valor que poderia cobrar pelos vestidos em outras cidades do Brasil.

Os seguintes dados são obtidos:

- Rio de Janeiro: R\$600.
- Belo Horizonte: R\$500.
- Outras cidades: R\$800.

Para vender os vestidos nestas outras cidades, a entidade estima que iria incorrer em custos adicionais de R\$100 por unidade vendida.

Assinale a opção que indica o valor justo do vestido da entidade, considerando como referência o parâmetro estabelecido na NBC TG 46 (R2) – Mensuração do Valor Justo.

- (A) R\$500,00.
- (B) R\$520,00.
- (C) R\$600,00.
- (D) R\$700,00.
- (E) R\$800,00.

59

De acordo com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, são passíveis de classificação como atividade de investimento, somente desembolsos que resultam

- (A) na apuração do lucro líquido do exercício.
- (B) na apuração do lucro líquido ou prejuízo do exercício.
- (C) em ativos reconhecidos nas demonstrações contábeis.
- (D) em passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis.
- (E) em ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

60

Uma sociedade empresária que trabalha com consultoria tem dois imóveis, o primeiro no Centro, cujo valor contábil em 01/12/2023 era de R\$500.000 e o segundo em Comendador Soares, cujo valor contábil na mesma data era de R\$800.000. O imóvel no Centro era utilizado para a prestação de serviços da empresa, e o de Comendador Soares era alugado a terceiros. O contrato de aluguel finalizava em 18 meses.

Em 01/12/2023, os diretores da sociedade empresária decidiram colocar o imóvel localizado no Centro à venda e utilizar o imóvel em Comendador Soares para a sua atividade. Para isso, comunicaram ao locatário que, após o prazo do contrato, iriam utilizar o imóvel. A entidade planejou realizar a mudança assim que o contrato acabasse.

Assinale a opção que indica a classificação do imóvel no Centro e em Comendador Soares, respectivamente, no balanço patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/2023.

- (A) Ativo Imobilizado e Ativo Imobilizado.
- (B) Ativo Imobilizado e Propriedade para Investimento.
- (C) Ativo não Circulante mantido para a Venda e Ativo Imobilizado.
- (D) Ativo não Circulante mantido para a venda e Propriedade para Investimento.
- (E) Ativo não Circulante mantido para a venda e Ativo Realizável a Longo Prazo.

61

Uma sociedade empresária reconheceu, em 2023, R\$200.000, a título de FGTS referente a seus empregados, e R\$500.000, referentes à participação dos empregados no resultado.

Os fatos são apresentados na Demonstração do Valor Adicionado, respectivamente, como Distribuição da Riqueza a

- (A) Pessoal e Pessoal.
- (B) Impostos, taxas e contribuições e Pessoal.
- (C) Pessoal e Remuneração de capitais próprios.
- (D) Impostos, taxas e contribuições e Remuneração de capitais próprios.
- (E) Remuneração de capitais próprios e Remuneração de capitais próprios.

62

Em 31/12/2022, uma sociedade empresária de capital aberto apresentava saldo de R\$1.000.000 em seu patrimônio líquido. Em 2023, ela apurou lucro líquido de R\$800.000 e constituiu as reservas apropriadas. Ainda, declarou dividendos mínimos obrigatórios de R\$200.000, que serão pagos em 2024.

Assinale a opção que indica o saldo do patrimônio líquido da sociedade empresária em 31/12/2023.

- (A) R\$600.000.
- (B) R\$800.000.
- (C) R\$1.600.000.
- (D) R\$1.800.000.
- (E) R\$2.000.000.

Administração Financeira e Orçamentária

63

A elaboração da proposta é a primeira fase do ciclo orçamentário, onde estão compreendidas as atividades preliminares quanto à alocação de recursos divididas em etapas.

A etapa constituída de obrigações constitucionais, pagamento de pessoal e encargos denomina-se

- (A) fixação da meta fiscal.
- (B) projeção das receitas.
- (C) projeção das despesas obrigatórias.
- (D) apuração das despesas discricionárias.
- (E) programação físico-financeira.

64

O orçamento-programa ressalta a importância de que os meios sejam tratados de forma equilibrada com a identificação dos custos dos programas para alcançar seus objetivos.

É correto afirmar que no orçamento-programa

- (A) as unidades administrativas e elementos são os principais elementos classificatórios.
- (B) a alocação visa à aquisição de meios.
- (C) sua estrutura enfatiza os aspectos contábeis de gestão.
- (D) o controle visa avaliar a legalidade no cumprimento do orçamento.
- (E) o uso de indicadores e padrões de medição do trabalho são utilizados de forma sistemática.

65

Na descentralização financeira os recursos financeiros são disponibilizados para as unidades gestoras e são realizados através de mecanismos.

O mecanismo que representa a liberação dos recursos financeiros dos órgãos setoriais de programação financeira para as unidades orçamentárias ou administrativas a elas vinculadas denomina-se

- (A) provisão.
- (B) sub-repasse.
- (C) dotação.
- (D) repasse.
- (E) cota.

66

A arrecadação e o recolhimento são estágios da receita que correspondem, respectivamente,

- (A) ao pagamento de débito tributário e ao depósito em conta do Tesouro.
- (B) à procedência do crédito fiscal e ao pagamento do débito tributário.
- (C) ao depósito em conta do Tesouro e ao pagamento do débito tributário.
- (D) à procedência do crédito fiscal e a entrega dos recursos a credor.
- (E) ao depósito em conta do Tesouro e a entrega dos recursos a credor.

67

O conjunto de créditos tributários ou não tributários em favor da Fazenda Pública já vencidos, porém não cobrados ou recolhidos no exercício de origem, denomina-se

- (A) operação de crédito.
- (B) dívida ativa.
- (C) inversão financeira.
- (D) receita de amortização.
- (E) créditos adicionais.

68

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas dentro de exercício financeiro, excluídos os serviços da dívida, e estão constituídos na modalidade

- (A) da garantia de terceiros.
- (B) dos débitos de tesouraria.
- (C) da dívida fundada.
- (D) dos depósitos públicos.
- (E) da dívida flutuante.

69

O princípio orçamentário consagrado pela Lei Federal nº 4.320/1964 que aponta que toda despesa deverá ser identificada no mínimo por elemento, visando impedir a inclusão de dotações globais, com exceções dos programas especiais de trabalho e da reserva de contingência, é conhecido como

- (A) exclusividade.
- (B) universalidade.
- (C) especificação.
- (D) publicidade.
- (E) equilíbrio.

70

As despesas de custeio são dotações destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, incluindo, dentre outras, as obras de conservação e pagamento de pessoal.

Essas despesas estão inseridas, quanto à classificação econômica, como

- (A) investimentos.
- (B) de capital.
- (C) inversões financeiras.
- (D) correntes.
- (E) transferências de capital.

Legislação Municipal Específica

71

De acordo com o Código Tributário Municipal de Nova Iguaçu é correto afirmar que

- (A) o sistema tributário municipal é composto por impostos (IPTU, ITBI, ISS), taxas, contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, contribuição para o custeio de iluminação pública (COSIP), e contribuição de obras realizadas em área particular (COAP).
- (B) é vedado ao Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços dos partidos políticos, e compreende todo o patrimônio relacionado do partido, inclusive os que não se referem as finalidades essenciais.
- (C) a vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços, da União e do Estado, não se aplica ao patrimônio e aos serviços relacionados com exploração de atividades regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- (D) o sistema tributário municipal é composto por impostos (IPTU, ITBI, ISS), taxas, contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, contribuição de obras realizadas em Logradouros Públicos (COLP), contribuição para o custeio de iluminação pública e (COSIP).
- (E) a vedação para o Município instituir impostos sobre patrimônio ou serviços das entidades de educação não está subordinada à não distribuição de lucros e parcelas de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

72

Com relação ao fato gerador, incidência e base de cálculo do IPTU previsto no Código Tributário Municipal de Nova Iguaçu, analise as afirmativas a seguir:

- I. Entende-se como zona urbana a definida em lei municipal e que observará pelo menos dois dos requisitos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: (I) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; (II) abastecimento de água; (III) sistema de esgotos sanitários; (IV) rede de iluminação pública; (V) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel;
- II. Ocorrendo a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, localizado na Zona Urbana do Município, nasce a obrigação fiscal do IPTU, independentemente da legalidade, da ilegalidade, da licitude e da ilicitude do objeto do ato jurídico;
- III. A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é o "VVI" – Valor Venal do Imóvel.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

73

Sobre o Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI, é correto afirmar que

- (A) a base de cálculo do ITBI é o valor dos bens, não incluindo direitos cedidos, transmitidos ou permutados.
- (B) incide sobre as tornas ou reposições que ocorram nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte final.
- (C) a obrigação fiscal nasce quando ocorre transmissão "inter vivos" por ato oneroso da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis e dependem da validade do ato praticado.
- (D) na avaliação do imóvel não serão considerados o zoneamento urbano e os valores aferidos no mercado imobiliário.
- (E) não incide sobre a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação.

74

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – I.S.S.Q.N. exigido pelo Município de Nova Iguaçu tem como fato gerador a prestação, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço de qualquer natureza definidos na lista de serviços do Código Tributário Municipal.

Sobre o imposto é correto afirmar que

- (A) não incide sobre os serviços provenientes do exterior do País, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- (B) a lista de serviços é exemplificativa, e comporta interpretação analógica e extensiva.
- (C) incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego e dos trabalhadores avulsos.
- (D) para enquadramento na lista de serviços o que vale é a natureza, a "alma" do serviço prestado, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte prestador.
- (E) incide sobre a prestação de serviços de transporte intermunicipal.

75

Sobre a Taxa de Fiscalização Sanitária prevista no Código Tributário de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) a Taxa de Fiscalização Sanitária será lançada por declaração pela autoridade administrativa.
- (B) a base de cálculo da Taxa de Fiscalização Sanitária será determinada pelo valor de mercado do imóvel ou o valor das operações do local a ser fiscalizado.
- (C) o sujeito passivo da Taxa de Fiscalização Sanitária é a pessoa física ou jurídica sujeita a fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, vendido ou consumido alimento, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública.
- (D) a Taxa de Fiscalização Sanitária incide sobre pessoas físicas que exerçam suas atividades em suas próprias residências, mesmo que não abertas ao público em geral.
- (E) o fato gerador da Taxa de Fiscalização Sanitária é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Município de Nova Iguaçu para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

76

Analise as afirmativas abaixo sobre as taxas cobradas no Município de Nova Iguaçu:

- I. A Taxa de Controle Ambiental decorre do exercício regular do poder de polícia;
- II. A Taxa de Fiscalização de Anúncio decorre da utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- III. A Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo será recolhida em conjunto com o IPTU e com as demais TSPEDs – Taxas de Serviços Específicos e Divisíveis, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

77

A Contribuição para o Custeio do serviço de iluminação pública – COSIP, instituída pela Lei nº 3.453, de 27 de dezembro de 2002, tem como fato gerador o fornecimento efetivo ou potencial do serviço de iluminação pública nas vias e logradouros públicos do Município de Nova Iguaçu.

Sobre a COSIP cobrada no Município de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) os valores da COSIP serão reajustados mensalmente pela Selic e caso não pagos no vencimento serão acrescidos de juros, de multa e de correção monetária.
- (B) o Chefe do Executivo fica autorizado a celebrar convênio com a União, para o lançamento e a arrecadação da COSIP.
- (C) a cobrança da COSIP não poderá ser feita juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.
- (D) contribuinte da COSIP é aquele que seja o proprietário, o titular do domínio útil, o beneficiário, ou o possuidor, a qualquer título, com ou sem *animus domini*, de unidade imobiliária, situada no Município de Nova Iguaçu, que se beneficie ou que possa vir a se beneficiar, direta ou indiretamente, do serviço de iluminação pública.
- (E) a base de cálculo da COSIP a ser exigida pelo Município, para fazer face ao custo, será cobrada adotando-se como critério o benefício potencial, calculado através de índices cadastrais das respectivas ZINs – Zonas de Influência.

78

De acordo com o Código Tributário de Nova Iguaçu, são autoridades fiscais:

- (A) O prefeito, o secretário, responsável pela área fazendária, os chefes de órgãos de fiscalização, e os agentes da educação e da saúde.
- (B) O prefeito, os vereadores, o secretário, responsável pela área fazendária, e os agentes da secretaria pela área fazendária, incumbidos da fiscalização dos tributos municipais.
- (C) O secretário, responsável pela área fazendária, os diretores e os chefes de órgãos de fiscalização, os tabeliães e escrivães e os agentes da secretaria pela área fazendária, incumbidos da fiscalização dos tributos municipais.
- (D) O secretário, responsável pela área fazendária, os diretores e os chefes de órgãos de fiscalização, os tabeliães e escrivães e os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais.
- (E) O prefeito, o secretário, responsável pela área fazendária, os diretores, e os chefes de órgãos de fiscalização, e os agentes da secretaria pela área fazendária, incumbidos da fiscalização dos tributos municipais.

79

No que tange aos Fundamentos da Organização Municipal e da Administração Pública prevista na Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) o Município conta com regime jurídico geral e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias, das fundações públicas e empresas públicas.
- (B) os direitos e deveres coletivos previstos na Constituição da República não integram a Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu em virtude do pacto federativo.
- (C) os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao Erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação cabível.
- (D) o tempo de serviço municipal prestado anteriormente à investidura no exercício do Cargo em Comissão, da Câmara Municipal ou da Prefeitura, não poderá ser computado para respectiva incorporação do valor do Cargo em Comissão exercido.
- (E) o tempo de serviço público federal e estadual não poderão ser computados para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

80

Com relação à tributação municipal, à receita e despesa, e ao orçamento previstos na Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu, é correto afirmar que

- (A) fica isento de IPTU o imóvel ocupado por ex-combatente, no entanto este benefício é limitado ao imóvel de domicílio.
- (B) a fixação de preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais será feita pelo Secretário de Fazenda, mediante Resolução.
- (C) as isenções beneficiam as pessoas jurídicas e se estendem aos seus associados e dirigentes.
- (D) os projetos de lei relativos às diretrizes orçamentárias, aos planos plurianuais e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pelos agentes de fiscalização fazendária e aprovados pelo prefeito.
- (E) as tarifas de serviços públicos serão fixadas pelo Poder Legislativo, e regulamentadas pelo Poder Executivo.

Realização

